



O divórcio político-cidadão conduz ao antipartidarismo?

Em estudo hoje, 5.^a feira , divulgado num seminário, e que os noticiários vão trazendo a público, chegou-se à conclusão de que, em cinco anos, a credibilidade de que a existência dos partidos políticos eram essenciais à Democracia Portuguesa, diminuiu avassaladoramente, Dos 12% que contestavam a sua base de sustentabilidade democrática passou-se para 52 %. Não se pode esconder que a maioria da população portuguesa considera, hoje, que os partidos não são essenciais à existência dum regime democrático. Por sua vez cresce a consciência popular da importância nesse tipo de sistema dos movimentos sociais, mais fluidos, mais dinâmicos, menos dirigistas, mas com bases cada vez mais ideologicamente igualitários.

Não sei como reagirão os partidos políticos portugueses a estas conclusões. Mas algo há que a grande maioria, pelo que conheço, manterá : uma resistência profunda às mudanças.

Todos os partidos, da esquerda à direita, são centralistas, dirigidos por elites que controlam a actividade partidária, sob a capa duma aparente democracia. Convivem mal com a cidadania crítica, com as assembleias democráticas, com os movimentos e associações que não controlam, nem orientam. Os sindicatos deixaram, igualmente, de ser, como outrora, representativos das classes socioprofissionais. Transformaram-se em extensões dos partidos políticos. A CGTP é maioritariamente controlada pelo PCP, a UGT pelo PS e PSD. Nos seus órgãos dirigentes, estão a tempo inteiro, quadros militantes desses partidos. Mas o que é um facto, é que, partidos ou sindicatos, cada vez têm menos militantes ou associados, cada vez convencem menos as populações a quem o quotidiano diário impõe, apesar dos protestos, apesar das manifestações, apesar dos apoios, uma realidade dramática que se não coaduna com as suas formas operacionais. Ver o ex-secretário da UGT deslocar-se numa viatura de alta cilindrada ou ouvir um discurso monocórdico a imitar o Fidel de Castro dos bons velhos tempos até à saturação dos poucos assistentes da primeira fila do secretário geral da CGTP, não

representam positivamente a essência das classes trabalhadoras, estas a ver se o euro chega um pouco mais além nos muitos dias à custa dos apoios familiares de que o governo do protectorado da senhora Merkel quer agora , com a Reforma do Estado, e o apoio, segundo a esposa do Presidente da República, da Senhora de Fátima, enviar para os cemitérios por enquanto nacionais.

Sinto, além de alguma perplexidade, tristeza, por este perder de implantação na vida política dos partidos e dos sindicatos. Alguma perplexidade, repito, mas consciente dessa perda de influência junto dos cidadãos, para quem partidos e sindicatos pouco mais são do que parceiros selectivos do sistema partidocrático em que se transformou esta democracia à portuguesa. E não tenho dúvida de que esta perda, este afastamento, este antipartidarismo latente, são a imagem dum conceito de figura política que se afastou da realidade e vive num mundo próprio e estreito, cercado por muros de burocracia, regulamentos, autoritarismos, a que se aliou a corrupção, o enriquecimento ilícito, o desrespeito para com o cidadão normal. A reforma publicitada do ex-ministro Miguel Relvas e as viagens semanais em classe superior nos transportes aéreos de José Sócrates são algumas das últimas entradas numa enciclopédia da pulhice humana dos costumes políticos nacionais, que talvez ultrapassasse a Verbo, enciclopédia do estado Novo.

Claro que, nesta generalização do desamor partidário, paga o justo, que felizmente os há, pelo pecador. E, diga-se, mereceriam os partidos de esquerda, PCP, BE, Verdes (refiro só os que têm implantação na Assembleia da República) que os olhassem, apesar dos erros, que são muitos, mais perto do Purgatório que do Inferno, onde o centro-direita, o centro-centro e o centro-esquerda irão purgar no futuro os seus desvios de fundos públicos e comunitários em proveito dos do costume. Mas aos de esquerda, também se exigem formas de intervenção para os cidadãos, que não a simples inclusão em listas desses partidos como independentes, que não reflecte senão uma dependência real e sem nenhuma forma séria de agir diferente, por voz própria.

A legislação eleitoral portuguesa é ,hoje, um espartilho da cidadania, que foi afastada de intervir, para além do voto, na gestão da coisa pública, local, regional ou central. E os partidos de esquerda, sabem-no, e também defenderam, pactuaram, partilharam as leis desse divórcio.

Ultrapassar este muro de separação entre partidos e cidadania é fundamental e, para isso, urge a criação de legislação eleitoral onde os cidadãos se possam apresentar, em listas próprias, sem os tabiques dos números de proponentes, não só aos cargos electivos autárquicos, como aos legislativos. As propostas recentes do BE para alterações à legislação, nesse sentido, aponta um novo caminho, que pode ser o início numa nova forma de aprofundar

a democracia social.

A Internet, os telemóveis, criaram modos de contacto e de transmissão de informação, que ultrapassaram os meios clássicos, imprensa, rádio, televisões, na sua grande maioria controladas pelo poder político e financeiro, ou pelas estruturas partidárias ou sindicais. À mudança de informação, soma-se um maior grau de conhecimento e formação profissionais. A uma geração cada vez mais culta não se pode acenar com ideologias paradas no tempo, como dogmas de fé, e pedir-se-lhe um voto de confiança cego, surdo e mudo.

É trágico que 52% da população portuguesa se declare antipartidos. Ou não acredite que eles sejam fundamentais à vida democrática. Dai o ser urgentíssimo que os partidos de esquerda e os que se dizem também mais ou menos daí abandonem os velhos óculos da miopia e assumam outros em que assumam a sua própria responsabilidade nesta podridão que nos calhou como vida política.

Maio de 2013

✉ antoniomario45@gmail.com

António Mário escreve sempre às quintas-feiras em www.oriachense.pt